

27 AGO 2015

GAZETA DO POVO

Ingresso no ensino fundamental do Paraná está envolto em nó jurídico

Conselho Estadual de Educação procura alternativa para fugir do imbróglio que se transformou a data de corte para o ensino fundamental

Rosana Felix

■ Há um imbróglio judicial em curso que vai afetar a matrícula dos alunos no primeiro ano do ensino fundamental em 2016. Apesar de uma nova lei do Paraná determinar que o ingresso nessa etapa é permitido apenas a crianças que completarem 6 anos até 31 de março, decisões em diferentes instâncias judiciais deixam a questão ainda em aberto.

O assunto está sendo discutido nesta semana pelo Conselho Estadual de Educação (CEE). A expectativa é que dessa reunião saia uma normatização. A definição também pode ficar para setembro. Uma das alternativas em discussão é a criação de um período de transição.

Em junho, entrou em vigor a lei que instituiu o Plano Estadual de Educação (PEE) e estabeleceu a data de corte de 31 de março, seguindo entendimento do Conselho Nacional de Educação (CNE). Essa lei revogou a norma anterior que permitia a matrícula no Paraná para crianças nascidas em qualquer mês.

O Ministério Público Estadual, porém, considera que ainda vigora uma liminar que proíbe a data de corte no Paraná. A questão foi discutida em uma ação civil pública de 2007, quando começou a ser implantando o ensino fundamental de nove anos de duração e a idade de ingresso virou alvo de polêmica. A promotora Hirmínia Dorigan Diniz defendeu esse posicionamento aos representantes das instituições escolares em reunião realizada em julho.

Entretanto, a Procuradoria-Geral do Estado tem outro entendimento. De acordo com a PGE, um despacho do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) de 17 de maio de 2007 cassou a liminar concedida pela 1.ª Vara da Fazenda na ação civil pública em discussão. O caso ainda tramita na primeira instância.

Brasília

Há pelo menos duas ações tramitando nos tribunais superiores que podem impactar na matrícula do ensino fundamental do Paraná. Em janeiro, o Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4), com jurisdição sobre os estados do Sul, decidiu que a data de corte é legal e o CNE tem competência para estabelecer esse tipo de parâmetro. O Ministério Público Federal recorreu da decisão ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A corte já julgou uma ação semelhante, considerando válida a data de corte. “Essa decisão era restrita a Pernambuco. Mas imagino que, agora, ao julgar o mesmo tema, o entendimento será o mesmo, mas com uma decisão sobre os estados do Sul”, diz o presidente do CEE, Oscar Alves.

Mas a definição final deve caber ao Supremo Tribunal Federal (STF), onde tramita uma ação contra a data de corte. O processo está parado desde agosto de 2014. Segundo o parecer assinado pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, as normas do CNE são legais.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

27 AGO 2015

PAISE COLÉGIOS

Escolas particulares fazem a matrícula sem o corte etário

As grandes escolas particulares de Curitiba, que já iniciaram o período de matrículas para o ensino fundamental de 2016, estão aceitando crianças que completam 6 anos em qualquer mês. A maioria delas está orientando os pais, porém, que isso poderá mudar, dependendo do entendimento do Judiciário.

De acordo com o presidente do Sindicato das Escolas Particulares do Paraná (Sinepe), Jacir Venturi, grande parte das escolas incorporou o argumento jurídico apresentado pelo Ministério Público Estadual, que sustenta que a Constituição Federal não admite a data de corte. "Outras escolas, partindo do ponto de vista pedagógico, são favoráveis à data de corte", explica.

O servidor público Carlos Vargas está insatisfeito com a falta de definição. Ele tem um filho que completará 6 anos em julho de 2016, e ainda não sabe se ele poderá cursar o ensino fundamental ou não. "Liguei em dois colégios e me passaram situações diferentes. Nem entro no mérito da discussão, sobre o que é melhor ou não, o fato é que ficamos perplexos com essa confusão", diz.

27 AGO 2015

GAZETA DO POVO

CELSONASCIMENTO

COLUNA

Poligonal 1

A Associação Comercial e Industrial de Paranaguá (Aciap) conseguiu ontem liminar suspendendo audiências públicas que se realizariam hoje e amanhã em Antonina e Paranaguá. As audiências discutiriam mudanças na poligonal previstas na Lei dos Portos (de 1993, governo FHC). Trata-se de uma linha imaginária que, no caso paranaense, se inicia no Superagui, ao Norte, e prossegue em direção ao Sul até Pontal, adentrando sobre territórios do continente e abrangendo águas e ilhas de todo o nosso litoral.

Poligonal 2

Essa área, de milhares de hectares, é definida pela velha lei como “zona de interesse portuário” e foi mantida sob jurisdição da Autoridade Portuária. Isto é, ao longo dessa poligonal nunca surgirá qualquer empreendimento privado – um novo porto de contêineres, por exemplo – se não passar, antes, pelo aval da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) e não seguir o tortuoso caminho das autorizações ambientais e técnicas de pelo menos 11 órgãos estaduais e federais.

Poligonal 3

A Appa quer simplificar as coisas, conforme prevê a nova lei, de 2013. Primeiro, porque não precisa de toda essa área; segundo, porque empreendedores privados poderiam imediatamente investir pesado no potencial natural e logístico que o litoral paranaense oferece. Ganharia o Paraná, até hoje limitado praticamente às mesmas condições vigentes desde dom Pedro II.

Poligonal 4

Mas há um detalhe: a abertura do litoral a novos investidores prejudica alguns monopólios já instalados sob favorecimento de governos anteriores. Parece vir daí o esforço para que nem audiências públicas de debate se realizem – como as que estavam previstas para hoje e amanhã.

27 AGO 2015

GAZETA DO POVO

Gleisi diz que Moro a 'condenou' sem lhe dar direito a defesa

André Gonçalves

ENTREVISTA

GLEISI HOFFMANN (PT-R),
senadora.

Um dia após o juiz Sergio Moro encaminhar ao Supremo Tribunal Federal (STF) novas informações sobre o suposto envolvimento da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) com os desvios apurados pela Operação Lava Jato, a parlamentar questionou ontem o teor do despacho. “A petição foi muito avassaladora. Na verdade, já remete ao STF uma condenação, uma sentença”, disse.

O despacho de Moro cita que parte do dinheiro repassado pela empresa Consist ao advogado Guilherme Gonçalves teria sido destinado à senadora. Gonçalves e a Consist foram alvos da 18.ª fase da Lava Jato, deflagrada na semana passada e que apura desvios no Ministério do Planejamento. Os problemas investigados começaram em 2010, quando o marido da petista, Paulo Bernardo, comandava a pasta.

Uma planilha apreendida pela Polícia Federal no escritório de Gonçalves lista débitos relacionados a Zeno Minuzzo — secretário de finanças do di-

retório estadual do PT — e Hernany Mascarenhas — motorista — e o pagamento de uma multa eleitoral relacionada ao nome de Gleisi, no valor de R\$ 1,3 mil. O dinheiro viria do que Moro mencionou como “Fundo Consist”. Em entrevista à *Gazeta do Povo*, Gleisi disse que conhece todos os citados, mas que não recebeu dinheiro de Gonçalves.

O que tem a dizer sobre o despacho com novas acusações contra a sra. encaminhadas pelo juiz Sergio Moro ao STF?

É uma petição muito dura, que faz uma avaliação, um julgamento e uma condenação, falando que eu estou envolvida em atos ilícitos. Óbvio que vou ter um processo para me defender no inquérito, mas resolvi fazer um pronunciamento para rebater todos os pontos que foram levantados. O que está ali não condiz com minha conduta.

O texto de Moro fala em um Fundo Consist, com parte de recursos destinados especificamente à senhora.

Parece que eu recebi dinheiro do Guilherme quando se fala isso. Mas eu não recebi dinheiro. As únicas coisas que o Guilherme pagou de despesas minhas foram processuais e multa relativa à campanha. Ele foi meu advogado de campanha, então não acho que isso seja anormal. Em relação ao motorista, o Hernany, eu o conheço

há muito tempo, é um militante do PT. Estava desempregado e o Guilherme o chamou para trabalhar com ele, para atender à família e a ele pessoalmente. Como eu estava sem escritório em Curitiba — era época que eu não estava no Senado —, o Guilherme colocou o Hernany à disposição. Soube que eu estava sem estrutura e disse: “olha, quando você precisar de alguém para ir ao aeroporto, em algum lugar, eu poderia ligar ao Hernany”. Utilizei [os serviços] muitas vezes, mas nunca foi um contratado meu.

Mas ele era contratado do escritório?

Eu acho que ele trabalhava para o Guilherme.

Não era um funcionário pago por ele deslocado exclusivamente para a senhora?

Não. Tanto que atendia a família do Guilherme, a esposa, filha. Não trabalhava exclusivamente para mim. Tanto que logo depois que eu reassumi o mandato, eu reestruturei meu escritório e não precisei mais utilizá-lo.

CONTINUA

É o zeno?

É um dirigente partidário, filiado há longa data ao PT. Tive oportunidade de trabalhar com ele no diretório do partido. Eu fui presidente [do PT no estado] e ele foi secretário de organização. Depois, quando assumi a Casa Civil, a gente perdeu contato. Aliás, eu me afastei muito da política. Minha função no ministério não era essa e eu tinha um compromisso com a presidente Dilma. Eu não tive mais contato, nem sabia que ele estava trabalhando ou tinha contato com o escritório do Guilherme. Acredito que a relação política com o Guilherme ele tem, porque o Guilherme é e foi advogado do PT contratado. Eu conheço o Guilherme há muito tempo, muito antes de ele ser advogado de campanha. O Guilherme é filho de uma professora amiga nossa, petista, e desde jovem ele era muito ativo no partido, gostava da militância. Depois ele se formou e virou advogado eleitoral. Tanto que virou referência nessa área. Atendeu minha campanha, atendeu a campanha de outros filiados ao PT e de outros candidatos de outros partidos. Sempre acompanhou a nossa militância política. Mas eu desconhecia completamente que o Guilherme tinha um contrato com a Consist. Aliás, não sei com quem ele tem contrato.

Ele foi seu advogado nas campanhas de 2008, 2010 e 2014?

Em 2014 ele atuou mais com os candidatos às eleições proporcionais. Nas outras, sim.

Como os honorários eram pagos?

Pela campanha. Ainda estamos devendo para o Guilherme. Quando termina a campanha, as dívidas passam para o PT.

Ele foi contratado para outros processos?

Ele nunca me representou em causas. Esteve junto com o Paulo Bernardo em alguma ação, não me lembro contra quem, por injúria e difamação.

Essa relação entre ele e a Consist, a sra. desconhecia?

Desconhecia. Nem sabia que a Consist tinha qualquer relação, mesmo que indiretamente, com o Ministério do Planejamento.

Como a sra. vai reagir?

Agora tem que esperar chegar ao STF. Saber qual é a decisão do ministro Teori Zavascki, se ele vai aprovar o apensamento ou desdobramento da ação. Aí vamos entrar com as petições. Obviamente, vou me defender, ter acesso a todos os documentos que estão lá. Assim como fiz na outra [acusação que gerou investigação, sobre recebimento de R\$ 1 milhão desviado da Petrobras para a campanha de 2010]. Que, aliás, já está sendo finalizada. Todo mundo já foi ouvido no meu processo.

Na terça-feira também houve a acareação entre Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef sobre essas acusações na CPI da Petrobras.

Houve. O que é interessante é que eles falam a mesma coisa, mas qual é o problema na divulgação da acareação? É que a versão que fica é que ambos concordam que entregaram o dinheiro. Quando você conversa melhor com eles, o Paulo Roberto diz que quem pediu dinheiro foi o Youssef. E o Youssef diz que foi o Paulo Roberto. Há uma contradição.

Ambas as acusações citam o ministro Paulo Bernardo. O que ele diz sobre isso?

Ele não sabia do contrato da Consist com as associações [de bancos, que faziam os empréstimos consignados para funcionários públicos]. Ele tinha conhecimento do convênio do ministério com as associações, mas não das associações com a Consist. Tanto que o então secretário de Recursos Humanos do ministério se reportou a ele sobre o convênio. Também não sabia da relação entre a Consist e o Guilherme.

A sra. não acha que o que a prejudica é esse contexto entre um ministério que era comandado por seu marido e um advogado que a defendeu em campanhas?

As pessoas ficam olhando e veem: um era ministro e marido, o outro era advogado, como que pode não ter envolvimento? Na realidade, com certeza, é uma situação que prejudica. A petição [de Moro] foi muito avassaladora. Já remete ao STF uma condenação, uma sentença. Ele [Moro] não poderia nem me ouvir, mas eu acho só que ele não tinha que externar tudo o que ele externou ali de forma descontextualizada. Tinha que dizer: tinha envolvimento do nome da senadora e remeter ao STF para fazer a investigação. A forma como as investigações foram dadas levam a um determinado entendimento. Quem lê o documento tem quase certeza de que eu recebi dinheiro do Guilherme. E eu não recebi nada dele.

27 AGO 2015

GAZETA DO POVO

Senado aprova novo mandato de Janot no comando do MPF

Em sabatina que durou dez horas, procurador-geral defendeu a Lava Jato e negou acordão para poupar alguns políticos da investigação

O plenário do Senado aprovou na noite desta quarta-feira (26) a recondução do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para novo mandato de dois anos à frente do Ministério Público Federal (MPF). Foram 59 votos favoráveis, 12 contrários e uma abstenção.

A aprovação no plenário ocorreu logo após a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) ter referendado o nome de Janot para um novo mandato na Procuradoria-Geral da República (PGR). Na CCJ, foram 26 votos a favor da permanência de Janot no cargo por mais dois anos e apenas um contra.

Na sabatina da CCJ, que durou pouco mais de dez horas, Janot se deparou com questionamentos dos senadores sobre a condução da Operação Lava Jato. Aos críti-

cos, assegurou que não agiu com “seletividade” na definição dos nomes investigados e disse que a lei vale para todos. “Pau que dá em Chico dá em Francisco”, repetiu Janot diversas vezes. “As pessoas me perguntam até onde a investigação vai. Você tem que perguntar a essas pessoas até onde elas foram. Nós não criamos esses fatos.”

Janot foi enfático ao negar a existência de um “acordão” com forças políticas para definir quem seriam os políticos investigados no esquema de corrupção na Petrobras. No início do ano, Janot decidiu que não cabe investigação da presidente Dilma Rousseff por atos alheios ao exercício do mandato. Recentemente, a possibilidade do “acordo” também foi cogitada pela oposição após o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), ter ficado de fora das primeiras denúncias encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal, concomitantemente à aproximação do peemedebista com o governo.

“Há 31 anos fiz a opção pelo Ministério Público. A essa altura da minha vida, não deixaria os trilhos da atuação técnica de Ministério Público

para me embrenhar num processo que eu não domino e não conheço, que é o caminho da política”, disse Janot. “Eu sou do Ministério Público, eu ajo como Ministério Público, e esse é o compromisso que assumo. Não há possibilidade de qualquer acordão”, disse Janot.

A grande tensão da sabatina ficou a cargo da participação do senador e ex-presidente da República Fernando Collor (PTB-AL). Denunciado por Janot na última semana por suposto recebimento de R\$ 26 milhões em propina no esquema da Petrobras, Collor sentou na primeira bancada da CCJ e balbuciou xingamentos contra Janot durante as respostas do procurador. Depois de arguir Janot, Collor deixou a sabatina e o clima no local foi de calmaria.

“Não há possibilidade de qualquer acordão [para escolher os políticos que serão investigados pela Lava Jato].”

CONTINUA

27 AGO 2015


GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Mesmo diante das provocações, nas respostas a Collor, Janot se manteve firme e deu respostas técnicas à bateria de questionamentos sobre a sua gestão e comportamentos. Ele, entretanto, aproveitou para dar uma indireta ao ex-presidente, que saiu do cargo após processo de impeachment: "Não há futuro viável se condescendermos com a corrupção".

Investigados

Além de Collor, outros parlamentares investigados por Janot na Operação Lava Jato apareceram para registrar o voto e participar da sabatina, como os senadores Romero Jucá (PMDB-RR), Edison Lobão (PMDB-MA), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Lindbergh Farias (PT-RJ) e Humberto Costa (PT-PE).



“Me perguntam até onde a investigação [da Lava Jato] vai. Você tem que perguntar a essas pessoas [investigadas] até onde elas foram.”

Rodrigo Janot, procurador-geral da República.

CONTINUA

27 AGO 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

EMBATES

Confira os principais embates de senadores com Janot na sabatina:

FERNANDO COLLOR (PTB-AL)

O que há contra ele

Foi denunciado ao STF por participação no esquema de corrupção na Petrobras. Segundo a Procuradoria-Geral da República, um grupo ligado ao senador recebeu cerca de R\$ 26 milhões em propina entre 2010 e 2014.

O que ele perguntou a Janot

Collor questionou a atuação de Janot como advogado da empresa de engenharia Orteng quando ele já atuava no Ministério Público e a contratação, sem licitação, de uma empresa de comunicação para atuar junto ao seu gabinete na Procuradoria. Também acusou Janot de vazar informações sigilosas sobre investigações do órgão.

O que Janot respondeu

Negou vazar informações e disse que advogou para a Orteng, mas que não houve relação com a Petrobras, e que a Constituição permite o exercício da advocacia por parte de membros do Ministério Público. Afirmou que o contrato com a empresa de comunicação foi regular.

ALOYSIO NUNES (PSDB-SP)

O que há contra ele

Foi citado pelo delator e dono da construtora UTC, Ricardo Pessoa, como beneficiário de doações ilegais, recebidas em troca da facilitação de negócios da empreiteira com a Petrobras. O senador não é alvo de inquérito.

O que ele perguntou a Janot

Acusou o vice-procurador-geral eleitoral, Eugênio Aragão, de ser alinhado ao PT e questionou o porquê de a presidente não ser investigada na Lava Jato.

O que Janot respondeu

Afirmou que a jurisprudência do Supremo não permite a investigação da presidente Dilma Rousseff. Disse ainda que precisaria de provas para recorrer à teoria do domínio do fato e condenar políticos de alto escalão apontados como responsáveis pela corrupção na Petrobras. Sobre a atuação do vice-procurador geral eleitoral, Janot disse que ele merece sua confiança.

AÉCIO NEVES (PSDB-MG)

O que há contra ele

Odoleiro e delator Alberto Youssef disse ter ouvido falar que o senador tucano recebia dinheiro de uma diretoria de Furnas, subsidiária da Eletrobras, mas não apresentou provas. A Procuradoria concluiu que não há elementos que justifiquem a abertura de inquérito.

O que ele perguntou a Janot

Reclamou da falta de resposta a uma representação encaminhada ao Ministério Público pela oposição em que pede a apuração das chamadas pedaladas fiscais do governo. Queixou-se também de a presidente não poder ser investigada no exercício de seu mandato.

O que Janot respondeu

Disse que a ação da oposição tramita normalmente e que o Ministério Público aguarda resposta da Presidência da República a um pedido de informação. Quanto à não investigação de Dilma na Lava Jato, disse que a proibição não gera impunidade porque a investigação pode ser feita depois.

HUMBERTO COSTA (PT-PE)

O que há contra ele

O delator e ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa acusou o senador de ter recebido R\$ 1 milhão do esquema para sua campanha ao Senado em 2010. O petista é investigado pela Procuradoria.

O que ele perguntou a Janot

Reclamou do vazamento de informações contra os citados nas delações premiadas.

O que Janot respondeu

Para o procurador, o problema é a divulgação "indevida" do conteúdo de uma colaboração.

27 AGO 2015

GAZETA DO POVO

STF julga hoje se delação de Youssef tem validade

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) retoma nesta quinta-feira (27) um julgamento que questiona a validade da delação premiada do doleiro Alberto Youssef na Operação Lava Jato. A defesa do empreiteiro Erton Medeiros Fonseca, da Galvão Engenharia, entrou com um habeas corpus no STF em maio em razão da decisão do ministro Teori Zavascki de homologar a delação de Youssef. O habeas corpus havia sido rejeitado em maio pelo relator do caso no Supremo, ministro Dias Toffoli. Mas o assunto foi levado ao plenário após recurso apresentado pela defesa do executivo.

Nesta quarta-feira (26), por maioria, a Corte reconheceu que cabe a análise do pedido apresentado pela defesa do executivo. Porém, os ministros ainda terão de discutir o mérito da ação, ou seja, se a homologação do acordo tem validade. O julgamento foi suspenso e, segundo o presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski, deverá ser retomado na sessão desta quinta.

O advogado José Luís de Oliveira Lima, que representa o executivo da empreiteira, argumenta que a delação não deveria ter validade já que Youssef já descumpriu um outro acordo de delação, no caso Banestado.

Justiça homologa delação de Youssef no caso Copel/Olvepar

O juiz Fernando Fischer, da 2ª Vara Criminal de Curitiba, homologou nesta semana um acordo de colaboração com Alberto Youssef. O doleiro colabora com as investigações do Ministério Público do Paraná (MP) sobre o caso Copel/Olvepar, que teria desviado mais de R\$ 84 milhões de dinheiro público estadual em 2002. A informação foi divulgada pela RPC TV. A investigação revelou uma das provas da atuação de Alberto Youssef no esquema de lavagem de dinheiro. O doleiro foi flagrado por câmeras de segurança de uma agência do Banco do Brasil, em Curitiba, acompanhado pelo então tesoureiro da Copel e pelo advogado da Olvepar, no momento em que faziam transferências bancárias do dinheiro desviado. Youssef já colabora com as investigações desde meados de julho deste ano.

COLUNA DO LEITOR

Janot

Rodrigo Janot é uma das peças fundamentais para a manutenção da Operação Lava Jato no âmbito do cast político do esquema (**Gazeta**, 26/8). Espero, sinceramente, que se mantenha rígido em suas posições e que contrarie as teses sobre o suposto "acordão" para blindar Renan Calheiros e, por consequências, fortalecer o governo federal.

Marcelo Padilha

27 AGO 2015

GAZETA DO POVO

Justiça adia audiências para revisão das poligonais

Talita Boros Voitch

Uma ação ajuizada pela Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá (Aciap) conseguiu o adiamento das audiências públicas para revisão das poligonais dos portos públicos de Antonina e Paranaguá, que aconteceriam nesta quinta-feira (27) e sexta-feira (28) respectivamente. A decisão foi expedida pelo juiz federal Guilherme Roman Borges, da 1ª Vara Federal de Paranaguá, nesta quarta-feira (26).

Em entrevista à Gazeta do Povo em julho, o presidente da Aciap, Arquimedes Anastácio, havia afirmado que a entidade não era contra a mudança nas poligonais, mas pedia mais transparência na discussão. Na visão do grupo, a mudança nas poligonais deve enfraquecer os portos públicos, ao deixá-los sem espaço para futuras expansões e reduzindo suas receitas.

Dentro da poligonal vigoram regras específicas, tanto operacionais quanto trabalhistas. As duas discussões para mudança das áreas são lideradas pela Secretaria de Portos. A expectativa do governo federal era de que todo o processo fosse concluído em até seis meses.

Número de delegacias caiu 8% no Brasil de 2009 a 2014, diz IBGE

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) do IBGE revelou que a quantidade de delegacias no país caiu 8%, passando de 4.660 em 2009 para 4.283 em 2014. Das 27 unidades da federação, 8 não possuem Plano de Segurança Pública e 8 não têm plano de redução e prevenção de acidente. O levantamento foi divulgado nesta quarta-feira (26). A pesquisa mostra também que 14,9% dos municípios não têm qualquer órgão responsável por receber, registrar e acompanhar violações de denúncias de violação de direitos humanos, como ouvidorias e serviços de defesa do cidadão.

27 AGO 2015

BEMPARANÁ

Moro nega a Gleisi

acesso a processo

Juiz alega que medida poderia ameaçar andamento das investigações da Pixuleco

O juiz federal Sérgio Moro vetou à defesa da senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR) acesso a dois processos criminais em que ela teria sido citada na Operação Pixuleco II, desdobramento da Lava Jato que mira em propinas a partir de contratos de empréstimos consignados no âmbito do Ministério do Planejamento. O juiz da Lava Jato autorizou acesso apenas a um processo. "Quanto aos demais, inviável porque colocaria em risco diligências pendentes", ressaltou.

Sérgio Moro observou que "não há nenhuma medida processual decretada contra a senadora, com o que o exercício do direito de defesa não é no momento premente". Ele recomendou que "eventuais novos requerimentos deverão ser dirigidos exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal", Corte que detém competência para abrir investigação sobre políticos com foro privilegiado.

Na terça-feira, Moro enviou ao STF documentos que podem indicar repasses ilícitos para Gleisi Hoffmann, ex-ministra do Governo Dilma Rousseff (Casa Civil). Ela teria sido beneficiária de parte de valores que transitaram pelo 'Fundo Consist' – empresa envolvida em desvios de empréstimos consignados. O dinheiro teria sido usado para cobrir também despesas pessoais da senadora.

Ao mandar para o Supremo as informações que citam a petista, o juiz acolheu pedido da Polícia Federal e do Ministério Público Federal. "Havendo indícios de que autoridade com foro privile-

"Não há nenhuma medida processual decretada contra a senadora".

do juiz federal Sérgio Moro sobre o pedido de Gleisi Hoffmann (PT)

giado seria beneficiária de pagamentos sem causa, é o caso de acolher o requerimento da autoridade policial e do Ministério Público Federal e remeter o feito para o Supremo Tribunal Federal", decidiu Moro.

A suspeita sobre Gleisi surgiu a partir da análise de documentos apreendidos no escritório de advocacia Guilherme Gonçalves, estabelecido em Curitiba, base da senadora, no último dia 13 de agosto. Na ocasião, foi deflagrada a Operação Pixuleco II. "Na busca e apreensão realizada no escritório de Guilherme Gonçalves foram colhidos documentos que indicam que os valores recebidos da Consist Software teriam sido em parte utilizados para efetuar pagamentos em favor da senadora Gleisi Hoffmann", apontou o juiz Sérgio Moro no despacho ao Supremo.

São três autos em que a senadora teria sido citada. "Há necessidade de conhecimento do conteúdo desses três autos com celeridade, para que se garanta, com efetividade, a ampla e plena defesa", sustenta a advogada Verônica Abdalla Sterman, constituída por Gleisi. Verônica Abdalla Stermann requereu 'seja franqueado o acesso aos elementos de prova e manifestações da autoridade policial e Ministério Público Federal já documentados nos autos, independente de sua remessa ao Supremo Tribunal Federal'. O juiz Moro, porém, autorizou acesso a apenas um processo.

27 AGO 2015

FOLHA DE S. PAULO

STF aceita recurso e julgará validade de acordo de doleiro

Para defesa de executivo da Galvão, delação premiada de Youssef é ilícita

Três ministros votaram pela confirmação da delação; julgamento será retomado nesta quinta (27)

MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

Em um julgamento apertado, o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu aceitar um recurso de um dos réus da Lava Jato que questiona a autorização dada pelo ministro Teori Zavascki para o acordo de delação premiada entre o doleiro Alberto Youssef e o Ministério Público Federal.

Agora, os ministros terão de decidir sobre o mérito do recurso, que pede a invalidação da colaboração do doleiro. A sessão foi suspensa com três votos pela confirmação da delação e será retomada nesta quinta (27), quando outros sete ministros vão se posicionar sobre o tema.

Nesta quarta (26), primeiro o STF precisou discutir se cabia o tipo de recurso, um habeas corpus, apresentado pela defesa de Erton Medeiros Fonseca, executivo da Galvão Engenharia, para questionar decisão de ministro do STF. O caso dividiu a corte e terminou com 5 votos a 5. Como o empate favorece o réu, o recurso acabou aceito.

Os ministros Dias Toffoli, relator do processo, Gilmar Mendes, Marco Aurélio Mel-

lo, Celso de Mello e Ricardo Lewandowski entenderam que esse tipo de instrumento é válido para impugnar um ato de um integrante do STF.

Luiz Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux, Rosa Weber e Cármen Lúcia, votaram pela rejeição do recurso. Como é alvo, Teori não pode analisar o caso.

“O rei não pode errar não se aplica mais”, defendeu Lewandowski, presidente do STF. “Eu gostaria que um eventual erro meu fosse corrigido pelos pares”, completou.

Youssef é apontado como um dos principais organizadores do esquema de desvio de recursos da Petrobras. Foi a partir dos depoimentos dele que o STF abriu inquéritos contra 35 congressistas suspeitos de ligação com o esquema. Além da delação de Youssef, Teori já autorizou outros cinco acordos.

CREDIBILIDADE

A defesa do executivo argumentou que Youssef não tem credibilidade para fechar uma colaboração, que classificou de ilícita. Para Toffoli, o fato de Youssef ter rompido o cumprimento de acordo de delação anterior, no caso Bannestado, não representa impedimento para a celebração de nova colaboração.

Nas delações premiadas, os acusados reconhecem participação nos crimes e comprometem-se a ajudar nas investigações em troca de benefícios como a redução de pena. O acordo precisa ser corroborado por provas.

Toffoli afirmou que a personalidade do delator não é relevante para o acordo e “pouca importa”. Gilmar Mendes reforçou o discurso do colega, afirmando que não são “tipos angelicais” os que fecham acordos de delação.

27 AGO 2015

FOLHA DE S. PAULO

Plenário do Senado aprova recondução de procurador

Em sabatina, Janot nega acordo para poupar
Renan Calheiros na Lava Jato

Acusado por Collor de promover vazamentos, procurador-geral diz a senadores que 'todos são iguais perante a lei'

AGUIRRE TALENTO
MARIANA HAUBERT
DE BRASÍLIA

Após mais de dez horas de sabatina na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, em que foi acusado de promover vazamentos de informações sigilosas e defendeu a legalidade da Operação Lava Jato, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, teve sua recondução ao cargo para os próximos dois anos aprovada pelo Senado.

No plenário, ele recebeu 59 votos favoráveis e 12 contrários. Um senador se absteve na votação, que foi secreta.

Mais cedo, na comissão, também em votação secreta, a recondução de Janot foi aprovada por 26 votos a 1. Votaram todos os titulares da comissão, entre eles oito senadores que são alvo da Lava Jato, conduzida por Janot.

O único senador que partiu para o enfrentamento com o procurador foi Fernando Collor (PTB-AL), denunciado

por Janot ao Supremo Tribunal Federal semana passada.

Há dois anos, a indicação de Janot havia sido aprovada na comissão do Senado por 22 votos a favor e 2 contra.

Janot chegou ao Senado por volta das 9h30 desta quarta (26), acompanhado de assessores e procuradores, enquanto Collor se sentou na primeira fila da comissão às 9h40, em frente ao lugar onde o procurador-geral ficaria.

Em sua fala inicial, Janot disse não querer a recondução por "ego", mas para "servir à minha nação". E afirmou que as investigações conduzidas pelo órgão ocorrem "sem desviar-se da legalidade".

Janot defendeu as delações premiadas que deram impulso à Lava Jato e disse que a maioria delas foi firmada por investigados que não estavam presos. "[A delação] traz essa ajuda para orientar a coleta de prova e, de outro lado, tornar mais célere o processo penal. É um instrumento poderoso", afirmou o procurador.

Janot chamou de factóide a ideia de que teria feito um acordo com a presidente Dilma Rousseff para poupar o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), das investigações em troca de garantias de apoio ao governo no

Congresso e à sua indicação.

"A esta altura da minha vida, eu não deixaria os trilhos da atuação técnica de Ministério Público para me embrenhar num processo que não domino e não conheço, que é o caminho da política", disse.

No momento mais esperado, o dos questionamentos de Collor, o procurador-geral enfrentou várias acusações.

O senador disse que Janot advogou para uma empresa numa disputa que interessava à Petrobras; que contratou uma assessoria de comunicação sem licitação e, depois, seu diretor para ser secretário de comunicação da Procuradoria; que alugou um imóvel sem alvará para a Procuradoria; e que deu abrigo a um parente "contraventor".

Enquanto Janot respondia, Collor chegou a interrompê-lo e, segundo senadores que assistiam a sessão, sussurrou "calhorda" e "filho da puta". Janot pediu ao presidente da comissão, senador José Maranhão (PMDB-PB), que lhe assegurasse a palavra, e disse a Collor: "Vossa Excelência não me interrompa então".

CONTINUA

27 AGO 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O procurador negou ser um “vazador contumaz”, rebateu as acusações e chegou a repetir em resposta a Collor frase que havia usado em sua exposição. “Todos são iguais perante a lei. (...) Pau que dá em Chico, dá em Francisco”.

Senadores tucanos como Aécio Neves (MG) e Aloysio Nunes (SP) criticaram o entendimento de Janot de que a presidente Dilma não pode ser investigada por atos praticados no mandato anterior, justificativa dada para arquivar citações a ela por delatores da Lava Jato.

Petistas como Lindbergh Farias (RJ) e José Pimentel (CE) criticaram uma suposta diferença no tratamento da Justiça para acusações contra petistas e tucanos. A essas questões, Janot repetiu que uma investigação “não se deixa contaminar por nenhum aspecto político”.

Janot também revelou um novo detalhe sobre a Lava Jato, dizendo que houve um aumento da multa imposta ao delator Julio Camargo, por ter omitido inicialmente a acusação que pagou propina ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que nega.

CONTINUA

27 AGO 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

EMBATES COM COLLOR

Janot bateu boca com senador durante sabatina

O QUE HÁ CONTRA ELE

● O senador e ex-presidente Fernando Collor foi denunciado ao STF sob a acusação de participação no esquema de corrupção na Petrobras. Segundo a Procuradoria, um grupo ligado a ele recebeu R\$ 26 milhões em propina entre 2010 e 2014

ATAQUES AO PROCURADOR

● Collor questionou a atuação de Janot como advogado e contratos firmados pela Procuradoria. Também o acusou de vaziar informações sigilosas sobre investigações do órgão. Janot negou as acusações e defendeu os contratos



“ Vossa Excelência diz que não é de se vangloriar; e aquele cartaz fantástico [‘Esperança do Brasil’]? Não foi uma demonstração de um novo super-homem que estaria surgindo no País?

FERNANDO COLLOR citando cartaz entregue a Janot por manifestantes

“ Sou discreto, não tenho atuação midiática

O que tem sido chamado de espetaculização da Lava Jato nada mais é que aplicação da lei

Vossa Excelência [dirigindo-se a Collor] não me interrompa

RODRIGO JANOT

CONTINUA

27 AGO 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

HUMBERTO COSTA
senador pelo PT-PE



● **O que há contra ele**
É investigado sob suspeita de ter recebido R\$ 1 milhão

● **O que disse na sabatina**
Reclamou do vazamento de informações contra os citados nas delações premiadas e questionou o fato de advogados da Lava Jato atuarem em várias delações

● **O que Janot respondeu**
O problema é a divulgação "indevida" das delações: "Acho que podemos evoluir sobre permitir que a pessoa tenha acesso à parte que lhe é própria sobre aquela questão"

“ Para aquele que teve o seu nome vazado, o sigilo não deveria ser suspenso para que a pessoa tivesse pelo menos condição de se defender?

ALOYSIO NUNES
senador pelo PSDB-SP



● **O que há contra ele**
Foi acusado por um delator de receber doações ilegais. Não é

● **O que disse na sabatina**
Acusou o vice-procurador-geral eleitoral, Eugênio Aragão, de ser alinhado ao PT e questionou o motivo de Dilma Rousseff não ser investigada na Lava Jato

● **O que Janot respondeu**
Defendeu Aragão e afirmou que a jurisprudência do STF não permite a investigação da presidente. Disse que ainda não há provas para condenar políticos de alto escalão

“ Quem se beneficiou politicamente desse esquema? Quem, tendo sido alertada várias vezes, manteve essas pessoas no cargo?

LINDBERGH FARIAS
senador pelo PT-RJ



● **O que há contra ele**
É investigado sob suspeita de ter recebido R\$ 2 milhões

● **O que disse na sabatina**
Citou o mensalão tucano, ainda não julgado, e cobrou do procurador a ampliação das investigações na Lava Jato, citando suspeitas em obras de governos do PSDB

● **O que Janot respondeu**
Sua atuação à frente do Ministério Público é equilibrada: "Nós não temos nenhuma preordenada de investigar um e deixar de investigar outro"

“ Queremos que as investigações sejam ampliadas. É preciso, para que não se passe a ideia de que tucano nem é investigado

27 AGO 2015

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

O duelo que não houve

BRASÍLIA - Há tempos uma sessão não era tão aguardada no Senado. Antes das dez da manhã, um batalhão de jornalistas e assessores já lotava a sala da Comissão de Constituição e Justiça. Ninguém queria perder a performance de Fernando Collor na sabatina do procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

O investigado estimulou o clima de duelo. Chegou antes do horário marcado e se instalou na primeira fila, de frente para a cadeira do investigador. Como um ator concentrado em seu papel, permaneceu quase imóvel, com cara de poucos amigos. Parecia fuzilar Janot com os olhos, os mesmos olhos injetados do tempo em que ocupou a Presidência.

Os seguranças observavam seus raros movimentos com tensão. Collor repetiria o pai, também senador, que atirou e matou um colega no plenário? A política brasileira não se civilizou tanto desde 1963. O ex-presidente o confirmou nas últimas semanas, ao chamar o procurador de "fascista" e "filho da puta" da tribuna.

Depois de quase três horas de espera, Collor abriu a metralhadora verbal na direção de Janot. Tinha direito a 5 minutos, mas falou por 18. Acusou o sabatinado de "falsear informações" e cometer irregularidades ao contratar uma empresa e promover uma servidora pública.

"Nós estamos aqui diante de um catedrático no vazamento de informações. Vazar informações que correm sob segredo de Justiça é crime", esbravejou, de dedo em riste.

Denunciado pela violação de outros artigos do Código Penal, Collor foi surpreendido pela atitude firme de Janot, que negou as acusações e reagiu ao ser interrompido, no único momento de bate-boca da sessão.

O ex-presidente deixou a sala com a promessa de voltar, mas não apareceu mais. "Todo mundo esperava uma guerra, mas o que vimos foi uma nova batalha de Itararé, o duelo que não houve", ironizou um petista. A CCJ aprovou a recondução de Janot por 26 a 1. Como Collor é suplente na comissão, seu voto foi descartado.

27 AGO 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Nunca antes

Ministros do STF e o Palácio do Planalto reagiram com perplexidade diante da abertura da ação de cassação de mandato contra Dilma Rousseff pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Ministros do Supremo que não atuam na Justiça Eleitoral avaliaram que a fragilidade política de Dilma é “sem precedentes”. A cozinha do governo foi pega de surpresa com a maioria pró-investigação, apesar de a ministra Luciana Lóssio ter pedido vista —prazo com o qual auxiliares da presidente contavam.

MÔNICA BERGAMO

EU VI

O juiz Sergio Moro deu a José Roberto Batochio, advogado de Antonio Palocci, acesso às informações sobre o ex-ministro nas investigações da Operação Lava Jato. “Estudei, garimpei, e só o que encontrei foi uma imensa, insuperável e intransponível contradição entre dois delatores quando se referem a ele”, diz Batochio.

EU NÃO VI

O ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa diz que ouviu de Alberto Yousseff que Palocci havia pedido dinheiro para a campanha de Dilma Rousseff à presidência. O doleiro nega.

CRENÇA

Batochio dizia ontem que, diante da pesquisa que fez, as informações insistentes que circulavam de que Palocci poderia ser preso não passariam de “mero boato”.

Planalto critica, nos bastidores, atuação de Gilmar Mendes

DE BRASÍLIA - Após maioria do Tribunal Superior Eleitoral votar pela investigação da campanha de Dilma, ministros do PT criticaram reservadamente o ministro Gilmar Mendes, que pediu novo inquérito sobre as contas eleitorais. A ordem no Planalto é não polemizar publicamente com ele.

No entanto, assessores presidenciais ouvidos pela **Folha** acusam o ministro de atuar como “advogado do PSDB”. Eles avaliam que Mendes criará “um fato por dia” para desgastar a presidente e que o governo não deve responder às provocações.

O governo questiona o fato de Mendes, como relator das contas de Dilma, ter dado aprovação no processo e agora estar “reescrevendo seu relatório”.

27 AGO 2015

FOLHA DE S. PAULO

JUIZ & SEUS CONDENADOS

Dalmir de Oliveira Júnior, que atua na Vara da Infância de Passo Fundo (RS), criou **banda** com **jovens** que ele mesmo condenou

PAULA SPERB

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM CAXIAS DO SUL (RS)

Fã dos Titãs e dos Engenheiros do Hawaii, um juiz gaúcho decidiu montar uma banda tendo como parceiros jovens que ele mesmo condenou por crimes como tráfico, roubo e até homicídio.

A banda, chamada Liberdade, se apresenta no pátio do Case (Centro de Atendimento Socioeducativo) de Passo Fundo, onde os adolescentes estão internados, e em outros locais, sob escolta.

A formação não é fixa, porque os músicos são liberados após cumprir a medida socioeducativa.

Roqueiro, o juiz Dalmir Franklin de Oliveira Júnior, que há oito anos atua na Vara da Infância e da Juventude, diz que por vezes também cede aos pedidos dos internos e arrisca no sertanejo, o ritmo preferido dos meninos.

O juiz afirma que nunca enfrentou problemas com os garotos na banda, mesmo os que, em um primeiro momento, se sentiram injustiçados com a pena imputada.

Isso porque, para conseguir uma vaga na percussão ou na guitarra, é preciso ter

bom comportamento. Dos 70 a 80 internos do Case, cerca de 25 participam das aulas de música do projeto e conseguem um lugar na banda.

“Tem um respeito recíproco grande”, conta o juiz, para quem a banda ensina responsabilidade, já que nela “cada um tem sua função”.

Dalmir, 39, começou a tocar teclado num grupo quando tinha 16 anos. No repertório, músicas do Legião Urbana e, claro, dos Engenheiros.

“A música tem ampla aceitação social e dá outra etiqueta a esses jovens, permite que eles sejam vistos por outro viés que não o da delinquência”, afirma.

Marcelo Pimentel, 50, professor de percussão do projeto, concorda. “O único ser que se reúne para tocar um instrumento é o humano. Por isso, ali eles se sentem mais humanos”, diz. O programa começou há seis anos.

Segundo o professor, o ritmo da percussão ajuda a “canalizar as energias”. “Nas férias escolares deles, me chamaram porque os meninos estavam muito agitados, sem atividade”, diz ele, que atua como voluntário.

As turmas, de aulas teóricas e práticas sobre ritmo e harmonia, foram montadas com a colaboração da comunidade e o apoio da Pastoral Carcerária. Os instrumentos foram doados pelo magistrado, já que o projeto não conta com verba pública.

“As pessoas não sabem o que é ser adolescente e estar preso em uma sexta-feira [quando todos se divertem]”, diz o professor. “Eles têm que pagar pelos erros, mas não precisa ser um inferno.”

Ex-integrante da banda, onde tocava repenique (tipo de percussão) e violão, Osvaldo Gonçalves de Assis, 19, entrou no Case aos 16 anos por crimes como tráfico.

“Sempre quis aprender. Agora sei tocar o básico”, conta ele, que está em liberdade há poucas semanas e deixou o projeto.

“Percebemos uma grande mudança nele”, diz o juiz, que sonha com uma extensão do projeto fora do Case, para acolher egressos, como Assis.

Quando recebeu a sentença, o rapaz tinha estudado só até a quarta série do fundamental. No Case, concluiu o ensino médio. “Quero fazer direito e ser advogado”, diz ele, que trabalha em um supermercado e faz planos de continuar tocando.

27 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

STF analisa validade de delação de Youssef

Ialita Fernandes

Agência Estado

Brasília - O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) retoma hoje um julgamento que questiona a validade da delação do doleiro Alberto Youssef. A defesa do empreiteiro Erton Medeiros Fonseca, da Galvão Engenharia, entrou com um habeas corpus no STF em maio em razão da decisão do ministro Teori Zavascki de homologar a delação de Youssef. O habeas corpus havia sido rejeitado em maio pelo relator, ministro Dias Toffoli, mas o caso foi levado ao plenário após recurso apresentado pela defesa do executivo. Ontem, por maioria, a Corte reconheceu que cabe a análise do pedido apresentado pela defesa do executivo. Porém, os ministros ainda terão de discutir o mérito da ação, ou seja, se a homologação do acordo tem validade. O julgamento foi suspenso e, segundo o presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski, deverá ser retomado na sessão de hoje.

O habeas corpus foi admitido por empate, com cinco ministros votando pela admissibilidade e outros cinco com entendimento contrário. No caso de empate em matéria penal prevalece sempre a decisão que favorece o réu.

27 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

Em interrogatório, Pedro Corrêa tenta eximir filhos de culpa

Hubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba – Em interrogatório realizado na tarde de ontem, na Justiça Federal do Paraná, em Curitiba, o ex-deputado federal Pedro Corrêa (afastado do PP-PE), e que foi líder do partido na Câmara até o ano de 2005 quando teve o mandato cassado, tentou eximir seus filhos, sua nora e seu ex-assessor parlamentar, que também são réus no processo que apura crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, de qualquer responsabilidade sobre as acusações feitas pelo Ministério Público Federal (MPF).

Questionado pelo juiz Sérgio Moro, que está à frente das ações penais oriundas da Lava Jato na primeira instância, se ele ficaria em silêncio ou iria responder às perguntas, o ex-parlamentar apenas frisou que queria se manifestar. A partir daí, destacou que, apesar de não estar confessando qualquer um dos crimes que lhe são imputados, ele assume a responsabilidade sobre os fatos abordados na denúncia.

“Querida dizer que estou sendo acusado com outras pessoas e gostaria de dizer que estas

outras pessoas não têm responsabilidade sobre os fatos, eu assumo toda a responsabilidade. Meu filho Fábio Corrêa, réu no processo; Aline Corrêa (filha); Márcia Danzi Corrêa (nora), e o réu Ivan Vernon (ex-assessor); eles apenas cumpriam as determinações que eu mandava. Eu que era a pessoa que tratava dos assuntos, sobretudo sobre as imputações que estão sendo feitas a mim no processo, inclusive sobre citações feitas a Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef”, ressaltou.

Surpreso pela declaração, o magistrado indagou o réu se ele estaria confessando. “Estou assumindo a responsabilidade de que os outros réus não tem nada a ver com isso”, respondeu o ex-deputado. Moro insistiu na pergunta: “Mas você está assumindo a responsabilidade dos fatos?”.

Corrêa ressaltou que estava assumindo a responsabilidade, mas que aquilo não era uma confissão. “Não estou dizendo que eu cometi os crimes, mas estou dizendo que eles (os réus) não participaram dos fatos. Vou me defender, agora eles não têm participação nisso, a participação é única e ex-

clusiva minha. Se Fábio recebeu dinheiro foi a meu mando, se depositou algum dinheiro em conta de algum funcionário ou de outros meus filhos ou de minha nora fui eu que mandei. Se ficar provado que eu fiz alguma coisa foi só eu que fiz e não eles”, destacou, antes de ficar em silêncio e não responder mais perguntas.

Na denúncia, os procuradores afirmam que o ex-deputado recebeu R\$ 40,7 milhões de propina por empreiteiras que tinham contrato com a Petrobras entre os anos de 2004 e 2014. A investigação aponta que, para “blindar” o dinheiro, Corrêa utilizou-se do auxílio de seu filho, Fábio Corrêa; de sua filha, a ex-deputada Aline Corrêa (PP-SP); de sua nora, Márcia Danzi; e de seu ex-assessor, Ivan Vernon Gomes Jr.; no esquema. Todos eles também foram ouvidos ontem, mas negaram as acusações. O doleiro Alberto Youssef e Rafael Ângulo Lopez, que também são réus na ação penal, foram ouvidos na segunda-feira. Esta fase de interrogatórios é anterior às diligências complementares e as alegações finais da acusação e das defesas, último passo antes da sentença.

27 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Parceria dos MPs

O procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, assinou na terça-feira a lista de apoio à campanha "10 Medidas Contra a Corrupção". A adesão marca a parceria institucional entre o Ministério Público do Paraná e o Ministério Público Federal na iniciativa, apartidária, que está mobilizando MPs de todo o país. A assinatura contou com a presença do procurador da República Deltan Dallagnol. As propostas anticorrupção foram apresentadas pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ao colegiado do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGE), em reunião realizada no último dia 21, em Goiânia. Na ocasião, os procuradores-gerais dos MPs de todo o país manifestaram adesão à campanha, que será desenvolvida em todo Brasil.

OPINIÃO DO LEITOR

Benesses dos ministros do STF

Fiquei revoltado ao ler no Editorial da FOLHA "Quem paga a conta?" (Opinião, 24/8) que os ministros do Supremo, além de aumentar seus salários de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil, querem ainda uma série de benefícios, como auxílio para transporte, alimentação, despesas com moradia, creche, educação, funeral e plano de saúde. Acho que a presidente Dilma deveria aprovar tudo isso e mais uma bolsa família para cada um, já que foram indicados pelo PT. Essa casta nobre e impoluta não vê o que nós, que pagamos os impostos para sustentá-los, vemos diariamente: pessoas morrerem nas portas dos hospitais, escolas sucateadas e obrigadas a aprovar alunos analfabetos, segurança só existe para políticos, ministros e outras autoridades. Quando precisam de médico ou hospital procuram os particulares e melhores do Brasil ou do exterior. Isso é revoltante e um desrespeito para com os cidadãos honestos e os aposentados.

JOSÉ ANISIO ZANETTI (aposentado) – Santo Antônio da Platina

Juíza dá liberdade provisória a filho de Pitanguy

Rio - A juíza Renata Gil de Alcântara Videira, da 40ª Vara Criminal do Rio, concedeu liberdade provisória ao empresário Ivo Nascimento de Campos Pitanguy, de 59 anos, filho do cirurgião plástico Ivo Pitanguy, mediante pagamento de fiança de R\$ 100 mil. A Justiça aceitou a denúncia de homicídio culposo (sem intenção), feita pelo Ministério Público, contra o empresário. Ele é acusado de ter atropelado e matado o operário José Fernando Ferreira da Silva, de 44 anos, na última quinta-feira, ao supostamente dirigir embriagado. O empresário havia sido indiciado pela delegada Monique Vidal, da 14ª DP (Leblon), por homicídio doloso (intencional). (Fábio Grellet/Agência Estado)

Assassino do cartunista Glauco é condenado a 61 anos de prisão

São Paulo - Carlos Eduardo Sundfeld Nunes, o Cadu, foi condenado ontem a 61 anos e seis meses de prisão por dois latrocínios cometidos em Goiânia, em agosto do ano passado. Assassino confesso do cartunista Glauco Vilas Boas e do filho dele Raoni, Cadu havia sido considerado esquizofrênico e declarado inimputável pela Justiça em 2011. O crime ocorreu em março de 2010, em Osasco (SP). Cadu irá cumprir pena por receptação, porte de arma de fogo e por latrocínio do estudante Matheus Pinheiro de Moraes e do agente penitenciário Marcos Vinícius Lemes d'Abadia. Ele não poderá recorrer da decisão em liberdade. (Folhapress)

27 AGO 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

JULGAMENTO

Ex-deputado Roberto Aciolli irá a júri popular por homicídio cometido há 16 anos

Gazeta do Povo

O ex-deputado estadual e apresentador Roberto Aciolli irá a júri popular para ser julgado por um crime cometido em 1999. A Justiça determinou que o caso deve ser julgado como homicídio doloso e seja levado ao Tribunal do Júri. Aciolli atirou com um revól-



Acusado perdeu foro especial.

ver calibre 38 em Paulo César Heider, no Água Verde. O apresentador alegou que o tiro não foi

intencional e por isso pedia que o caso não fosse levado a júri, mas sim julgado pelo juiz. Até o ano passado, Aciolli era deputado estadual e tinha foro especial, mas como não se reelegeu, o caso irá para o Tribunal do Júri.

Tiro

O crime aconteceu após assalto à loja da ex-mulher de Aciolli. Ele foi informado que o suspeito do crime tinha sido visto em um táxi e foi atrás dele. Alcançou-o e fez Paulo César descer. O tiro ocorreu quando Paulo César estava com as mãos na caminhonete do apresentador. Aciolli diz que o revólver disparou sem querer quando ele teria levado uma cotovelada. A defesa recorreu da decisão nesta semana.

27 AGO 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

"SIM" TENSO

Conductor da Lava Jato nega acordo pra definir quem é investigado por corrupção na Petrobras

AE - Brasília

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, após mais de dez horas de discussão, a recondução do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para novo mandato à frente do Ministério Público. Foram 26 votos a favor da permanência de Janot no cargo por mais dois anos e apenas um contra. Depois, seu nome foi aprovado em plenário e votação secreta por 59 votos favoráveis, 12 contrários e uma abstenção.

Na sabatina, Janot explicou a condução da Operação Lava



Janot: respostas técnicas.

Jato. Aos críticos, assegurou que não agiu com "seletividade" na definição dos nomes investigados e que a lei vale para todos. "As pessoas me perguntam até onde a investigação vai. Tem que perguntar a essas pessoas até onde elas foram. Nós não criamos esses fatos", afirmou. Ele foi enfático ao negar a existência de

um "acórdão" com forças políticas para definir quem seriam os políticos investigados no esquema de corrupção na Petrobras.

BATE-BOCA

A grande tensão da sabatina ficou a cargo da participação do senador e ex-presidente da República Fernando Collor (PTB-AL). Denunciado por Janot na semana passada por suposto recebimento de R\$ 26 milhões em propina no esquema da Petrobras, Collor sentou na primeira bancada da CCJ e balbuciou xingamentos ao procurador-geral. Mesmo diante das provocações, nas respostas a Collor, Janot se manteve firme e deu respostas técnicas à bateria de questionamentos sobre a sua gestão e comportamentos.

Além de Collor, outros parlamentares investigados participaram da sabatina e da votação, como os senadores Romero Jucá (PMDB-RR), Edison Lobão (PMDB-MA), Gleisi Hoffmann (PT-PR).

GLEISI

O juiz Sergio Moro vetou à defesa da senadora Gleisi Hoffmann o acesso a dois processos criminais em que ela teria sido citada na Operação Pixuleco II. O juiz da Lava Jato autorizou acesso apenas a um processo. "Quanto aos demais, inviável, porque colocaria em risco diligências pendentes", ressaltou. Moro observou que "não há nenhuma medida processual contra a senadora".

27 AGO 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Supremo decidirá validade da delação de Youssef



Em um julgamento apertado, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem julgar um recurso que questiona a validade do acordo de delação premiada do doleiro Alberto Youssef. Com isso, será avaliada a decisão do ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no tribunal, que deu aval ao acordo entre Youssef e o Ministério Público Federal.

Não houve, no entanto, definição sobre a validade da colaboração do doleiro. A sessão foi suspensa com três votos pela confirmação da delação e será retomada nesta quinta-feira, quando outros sete ministros vão se posicionar sobre o tema. Youssef é apontado como um dos principais organizadores do esquema que desviou recursos da Petrobras envolvendo as grandes empreiteiras do país e o pagamento de propina a políticos. ●

27 AGO 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Janot reconduzido

A recondução do procurador-geral da República Rodrigo Janot para mais um mandato à frente da Procuradoria-Geral da República (PGR), sacramentada pelo Senado na tarde de ontem, é uma resposta clara do apoio do Governo Federal ao combate à corrupção. Não importa onde ela esteja instalada ou a que partido pertencem os envolvidos.

Janot tem incomodado muita gente poderosa com sua postura de apoio às investigações da Operação Lava Jato. Um dos políticos que mais acusou o golpe foi o ex-presidente e atu-

almente senador Fernando Collor (PTB), que se vê novamente envolvido em um escândalo de corrupção de proporções épicas. Só que, desta vez, não há tanta gente disposta a varrer a sujeira para baixo do tapete.

E é justamente pela postura aguerrida de uma nova geração de procuradores e promotores de justiça que o nosso país ainda mantém a esperança de ver a corrupção ser exterminada da seara pública. O trabalho de pessoas como Rodrigo Janot mantém a nossa fé em dias melhores para o Brasil. ●

Cunha é notificado sobre denúncia da Lava Jato



O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), foi notificado ontem pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a denúncia apresentada contra ele pela Procuradoria-Geral da República. Com a notificação, os advogados de Cunha terão 15 dias para apresentar

defesa ao STF.

Na semana passada, Cunha foi denunciado pelo crime de corrupção. Segundo o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, Eduardo Cunha recebeu US\$ 5 milhões para viabilizar a contratação de dois navios-sonda pela Petrobras. O negócio foi formalizado sem licitação. ■

NOTA POLÍTICA

Assédio moral

A União deverá indenizar em R\$ 20 mil, por dano moral, uma ex-servidora comissionada do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT9), no Paraná. A decisão é do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), que entendeu ter havido assédio moral. A ex-assessora trabalhou no tribunal trabalhista paranaense por 19 anos, até 2008, quando foi exonerada.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO 26 AGO 2015

Curso com juízas francesas aborda novos métodos de formação para magistrados

Um novo grupo de 18 magistrados da Justiça Federal da 4ª Região está sendo preparado no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), para atuar como formadores de outros juizes em cursos de aperfeiçoamento. O "Curso de Formação de Formadores" aposta no conceito pedagógico que tem como foco a qualificação de acordo com as necessidades do dia a dia do magistrado, que deve participar ativamente da construção do conhecimento.

Durante uma semana, as

professoras Gabrielle Vonfelt e Anne Mure, magistradas da Escola Nacional da Magistratura da França (ENM), apresentam aos magistrados diferentes ferramentas metodológicas, que tem como objetivo principal a participação ativa do aluno. O curso é voltado para a capacitação de magistrados e servidores que atuam como formadores, exercendo funções de coordenadores e professores nos cursos de formação de magistrados, no início ou durante a carreira.

Justiça Restaurativa e novo Código de Processo Civil foram debatidos em Seminário Estadual

A necessidade de mudança de perspectiva para a promoção dos meios autocompositivos de resolução de conflitos foi defendida no Seminário Estadual "Desafios do Ministério Público Contemporâneo", realizado nos dias 20 e 21 de agosto, na sede do MP-PR, em Curitiba. O evento também destacou aspectos do novo Código de Processo Civil (lei nº 13.105/2015), que entra em vigor em março do próximo ano.

Abrindo os trabalhos, o procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, ressaltou a importância de um aprendizado contínuo na dinâmica institucional, acompanhando a evolução da sociedade, de modo que o debate sobre as novas tendências e postulados que interferem no modelo

tradicional de Justiça possa servir de inspiração aos integrantes do Ministério Público para seu permanente aperfeiçoamento funcional. "Esse é o sentido maior de encontros como este", disse.

Por sua vez, a subprocuradora-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos Samia Saad Gallotti Bonavides, coordenadora do Ceaf, fez menção à existência de "uma cultura muito entranhada de conflito", destacando "a urgência em se adotar uma nova forma de pensar a aplicação do Direito na atuação do MP, da magistratura, da advocacia e também do ensino praticado nos cursos de direito", privilegiando-se os meios autocompositivos dos conflitos.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Juiz envia ao Supremo
Tribunal Federal

26 AGO 2015

documentos da Lava Jato
que citam Gleisi Hoffmann

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelos processos da Operação Lava Jato na primeira instância, enviou hoje (25) ao Supremo Tribunal Federal (STF) documentos apreendidos no escritório do advogado Guilherme Gonçalves, em Curitiba, durante a 18ª fase da Lava Jato, por suspeitas de que a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) tenha recebido valores de “natureza criminosa”.

Em nota, a senadora informou que conhece Gonçalves “há muito tempo” e que todo o trabalho dele como advogado nas campanhas

dela consta das prestações de contas, aprovadas pela Justiça Eleitoral. “Desconheço as relações contratuais que Guilherme Gonçalves mantém com outros clientes, assim como desconheço qualquer doação ou repasse de recursos da empresa Consist para minha campanha”, afirmou Gleisi.

No despacho publicado hoje (25), Moro destacou que, de acordo com provas colhidas no processo, há indícios de que a senadora tenha sido beneficiária de recursos da empresa Consist, investigada na Pixuleco 2.

Porte de arma para seguranças socioeducativos de Santa Catarina é questionado em Ação

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5359) no Supremo Tribunal Federal (STF), na qual questiona a expressão “inativos” inserida em lei catarinense que autoriza porte de arma para agentes de segurança socioeducativo. No entanto, a prerrogativa reserva o uso de arma fora do Sistema de Atendimento ao Adolescente Infrator.

A previsão consta do artigo 55 da Lei Complementar estadual nº 472/2009 e, segundo o procurador-geral da República, deve ser considerada inconstitucional porque viola as competências privativa e material exclusiva da União para legislar sobre a matéria, ambas definidas pela Constituição Federal. Além disso, destaca que a lei ultrapassa o poder normativo

atribuído pela mesma Carta às assembleias legislativas.

Na ação, Rodrigo Janot também sustenta que a Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento) não incluiu a categoria de agentes socioeducativos no rol fechado de profissionais que podem portar arma de fogo. “Tampouco previu possibilidade de servidores inativos, de quaisquer categorias, continuarem a portar arma de fogo. Se o vínculo com a administração foi rompido por aposentadoria, não há, em princípio, justificativa para manutenção dessa prerrogativa”, acrescenta. O procurador-geral da República ainda lembrou decisão do STF que reconhece a competência privativa da União para legislar sobre porte de arma de fogo, por se tratar de “questão de segurança nacional”.

26 AGO 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MPF – Após ação do MPF/SC, Anac terá que fiscalizar prática de voo livre

A Justiça Federal julgou procedente a ação civil pública (ACP) ajuizada pelo Ministério Público Federal em Santa Catarina (MPF/SC) e determinou que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) passe a fiscalizar a comercialização de voos livres em Florianópolis e região. A prática é vedada por lei federal.

Apesar da restrição legal, a exploração comercial dos voos livres é exercida abertamente na capital – como na Lagoa da Conceição e nas praias Mole, Santinho e Brava – assim como em Santo Amaro da Imperatriz. O MPF entende que a Anac é omissa em sua competência legal de fiscalizar a atividade.

Na sentença, o juiz Diógenes Teixeira determina que a Anac fiscalize o cumprimento da Lei 7.565/86 quanto à vedação da comercialização dos voos e, ainda, coloque pacas e avisos nas rampas de voo livre para advertir a visitantes e turistas sobre a

ilegalidade da prática. Caso a Agência não cumpra a determinação, sofrerá multa de R\$1 mil por dia.

No entendimento da procuradora da República Daniela Cardoso Escobar, autora da ação, o livre comércio de voos livres, além de desrespeitar a legislação federal, “coloca em risco a população que, acreditando tratar-se de prática autorizada e fiscalizada, utiliza-se dos serviços oferecidos, colocando a integridade física sua e de terceiros em risco”.

O tema já foi objeto de decisão judicial no país. Em ação civil pública semelhante do MPF/RJ, de 2012, a Justiça Federal determinou que a Anac fiscalizasse os voos livres na rampa da Pedra Bonita, em São Conrado, Zona Sul do Rio de Janeiro. No caso, instrutores e aeroclubes, para disfarçar a venda ilegal, firmavam uma espécie de contrato “de aluno” com o turista interessado, caracterizando o voo como instrutório.